

## Editorial: Juventudes brasileiras e as desigualdades na Pandemia: vulnerabilidades, territórios e direitos sociais

Alexsandro do Nascimento Santos  
Karen Regina Castelli  
Ergon Cugler de Moraes Silva

Com grande satisfação, apresentamos a 21ª edição da Revista Juventude.BR, dedicada à temática “Juventudes brasileiras e as desigualdades na Pandemia: vulnerabilidades, territórios e direitos sociais”. Nesta edição especial, reunimos dez textos que oferecem uma análise sobre os impactos da Pandemia da COVID-19 nas diversas juventudes do Brasil, refletindo sobre as desigualdades sociais que se intensificaram em diferentes contextos e territórios. Cada um desses textos traz contribuições para compreendermos as complexas dinâmicas que marcaram as experiências juvenis no período pandêmico, evidenciando como fatores como raça, gênero, classe social e recorte territorial desempenharam papéis determinantes na vivência das juventudes. A Pandemia, longe de ser um evento isolado, expôs e agravou feridas estruturais, destacando a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e eficazes para enfrentar não só os desafios emergenciais, mas também as desigualdades historicamente enraizadas no Brasil.

Refletir sobre as juventudes brasileiras no contexto da Pandemia exige um olhar multidimensional que contemple as intersecções de vulnerabilidade social, territorial e de direitos. Os artigos aqui reunidos demonstram que a crise sanitária trouxe à tona uma série de retrocessos nos direitos fundamentais das juventudes, como o direito à educação, ao trabalho e à segurança, mas também reforçaram a importância da luta coletiva e da articulação de políticas intersetoriais. As juventudes, em sua pluralidade, enfrentaram não apenas o impacto imediato da COVID-19, mas também as consequências de políticas públicas que não deram conta em proteger os mais vulneráveis. Essa edição, ao destacar diferentes facetas das juventudes – desde os desafios educacionais e laborais, até as realidades específicas do campo amazônico e das periferias urbanas – traz à luz a importância de repensar as políticas públicas a partir de uma perspectiva inclusiva, que leve em conta as diferentes juventudes que compõem o Brasil e suas necessidades particulares. Mais do que nunca, faz-se necessário garantir que essas políticas respondam às especificidades de gênero, raça e território, promovendo um futuro mais equitativo.

O artigo Intersetorialidade, medidas socioedu-

cativas e legislação brasileira, de Jéssica Beatriz Silva, Emerson Soares Barbosa e Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, explora como a intersetorialidade é abordada na legislação brasileira que trata dos direitos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Ao analisar o papel da intersetorialidade como um potencial integrador de políticas públicas, o texto destaca como essa abordagem pode contribuir para a superação das desigualdades que afetam esses jovens, especialmente os de populações historicamente marginalizadas.

Em Juventude e o direito à educação: considerações iniciais do cenário educacional durante a Pandemia da COVID-19, Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza Costa oferece uma reflexão sobre os efeitos da pandemia no direito à educação dos jovens brasileiros. O artigo evidencia como as vulnerabilidades sociais e econômicas se intensificaram durante o período, ampliando a exclusão educacional e comprometendo a trajetória escolar de milhões de jovens, principalmente aqueles em situação de pobreza.

Dialogando com a temática de desigualdades, Caio Nascimento, em seu artigo Juventudes, trabalho e educação: implicações da Pandemia à aprendizagem profissional, discute as dificuldades enfrentadas por jovens no contexto da educação profissional. O texto reflete sobre como a Pandemia acentuou as desigualdades no acesso à formação e ao mercado de trabalho, revelando as limitações das políticas de aprendizagem profissional, especialmente para os jovens das periferias e áreas menos favorecidas.

Já o artigo Desenvolvimento de políticas públicas das juventudes brasileiras, de Raquel Baldo dos Santos, traz uma análise sobre o impacto da Pandemia na implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. O texto destaca como a crise sanitária evidenciou a insuficiência das políticas públicas em garantir os direitos sociais dos jovens, especialmente no que tange à redução das desigualdades e à inclusão das juventudes.

Em Sem estudo e sem trabalho: uma análise sobre o impacto da COVID-19 e do desemprego nas juventudes brasileiras, Guilherme Palmieri de Almeida aprofunda-se nos indicadores de desemprego e desalento entre os jovens durante a Pan-

demia. A análise revela como a crise econômica deteriorou ainda mais as condições de emprego para as juventudes, com o recorte para essa população de 14 a 29 anos, evidenciando a falta de perspectivas de trabalho e estudo para uma parcela significativa do Brasil.

Gabriel Cesar Brunório, em seu texto Repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras, explora o ambiente repressivo que caracteriza as escolas cívico-militares. O artigo traz à tona as implicações psicológicas e sociais desse modelo autoritário de educação, mostrando como o medo e a violência se tornam ferramentas de controle sobre os jovens, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Além das temáticas, temos uma abordagem territorializada em Juventude no campo amazônico: traçando novos caminhos a partir das pesquisas, de Marcele Melo Fonseca, investigando a situação dos jovens no campo amazônico, com foco naqueles que não estudam nem trabalham após o ensino médio. Através de uma revisão de literatura, o texto expõe as dificuldades enfrentadas por esses jovens, ressaltando a necessidade de políticas que contemplem as especificidades territoriais e sociais das juventudes rurais.

Cintia Gomes Pereira e Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio, em Reflexões sobre os posicionamentos ideopolíticos das discentes de serviço social acerca da temática abortamento, trazem uma discussão sobre os posicionamentos ideológicos das estudantes de serviço social em relação ao aborto. O texto enfatiza a importância de debater essa temática nas academias, revelando como as questões de gênero, raça e religião influenciam as percepções das discentes sobre o tema, evidenciando as intersecções de opressão que afetam as mulheres, especialmente durante a Pandemia. Ao avançarmos, temos o artigo Política municipal de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: principais desafios impostos pela Pandemia em São Paulo, de Julia Ribeiro de Almeida Veneziani, Victor Miranda Joaquim e Isabella Natali Miranda Cuccin. Os autores abordam os desafios enfrentados na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual durante a Pandemia, evidenciando como as desigualdades sociais e de gênero foram acentuadas no contexto pandêmico, dificultando a implementação eficaz de políticas públicas voltadas para a proteção dessa população vulnerável.

Finalizando esta edição, a resenha Juventudes contemporâneas, de Cristiane Mello de Miranda Silva e Emilly Pereira Silva, oferece uma síntese crítica sobre as transformações sociais, políticas e econômicas que têm impactado as juventudes brasileiras. A obra resenhada explora as dinâmicas

de resistência e criação de novos espaços de atuação juvenil, abordando questões de raça, classe e gênero, e como essas influenciam as experiências dos jovens em um Brasil profundamente desigual. Dessa forma, o conjunto dos 10 artigos desta edição revela uma visão panorâmica e crítica sobre as condições das juventudes brasileiras na Pandemia, oferecendo uma perspectiva integrada de análise e proposição. Os textos demonstram que, embora o impacto da Pandemia tenha sido devastador em muitos aspectos, ele também gerou uma oportunidade única para refletirmos sobre a urgência de transformações estruturais. As desigualdades de raça e gênero permeiam as vivências juvenis, como destacado nos artigos sobre violência, repressão nas escolas cívico-militares e o debate sobre o aborto. Essas questões, que dialogam diretamente com a vulnerabilidade social, apontam para a necessidade de políticas públicas que rompam com a lógica punitivista e excludente. Além disso, as análises sobre educação e trabalho evidenciam que o atual modelo de desenvolvimento econômico e social tem aprofundado as distâncias entre os jovens das elites e os das periferias urbanas e rurais, especialmente no acesso ao ensino e à inserção no mercado de trabalho. Tal conjunto reforça a necessidade de uma abordagem que priorize a justiça social, a igualdade de oportunidades e o respeito às diversidades, reafirmando o papel central das juventudes na transformação das estruturas sociais. Convidamos vocês, leitores, a mergulharem nesta edição que reflete a pluralidade e os desafios enfrentados pelas juventudes brasileiras durante a Pandemia. Que cada artigo aqui presente possa inspirar reflexões e ações concretas para a construção de um futuro mais justo e equitativo para os jovens do nosso país. Boa leitura!